

## TRATAMENTO E ORGANIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES DOCUMENTÁRIAS EM MUSEUS

Suely Moraes Ceravolo\*

Maria de Fátima Gonçalves Moreira Tálamo\*\*

CERAVOLO, S.M.; TÁLAMO, M.F.G.M. Tratamento e organização de informações documentárias em museus. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 10: 241-253, 2000.

**RESUMO:** O sistema de documentação em museus como usualmente é concebido volta-se mais para o acompanhamento da circulação do objeto dentro da instituição do que para a produção, recuperação e difusão de informações documentárias. Entende-se que a arquitetura e objetivos desses sistemas devem privilegiar esse acompanhamento bem como o tratamento e organização das informações sobre o objeto, lembrando que se lida com representações através da linguagem. Para a realização de tais procedimentos usa-se de metodologias próprias da Documentação adequadas a museus, distinguindo-se no sistema de documentação dessas instituições o que concerne às questões documentárias.

**UNITERMOS:** Documentação de Museus – Sistema de Informação, Documentação, Museus.

Embora tida como uma atividade tão antiga quanto as instituições que a abrigam, a documentação de museus desenvolveu-se lentamente, ficou à margem ou à deriva durante muito tempo, realizada sem método e considerada como a “parente pobre” dentre as atividades dessas instituições (Olcina 1986: 307). A partir do início do século XX, na Europa, especialmente entre 1927 e 1945, organismos de porte internacional como o

*L’Office International des Musées* (O.I.M)<sup>1</sup> procuraram dar a essa documentação uma feição mais especializada, ainda que num primeiro momento de forma indireta, pois nesse período privilegiavam-se mais os registros de posse e propriedade das chamadas obras de arte, como garantia e salvaguarda contra roubos. Mas, por causa da necessidade de descrever e intercambiar tais obras, ainda nessa época, surgem as primeiras propostas de normatização para registros voltadas principalmente para catálogos iconográficos (Aubert

(\*) Museu de Anatomia Veterinária da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo.

(\*\*) Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Arte da Universidade de São Paulo.

(1) Órgão internacional com sede em Paris, parte do *International Institute of Intellectual Cooperation*, este um desdobramento da Liga das Nações.

1948). No entanto, a documentação ainda não era pensada como uma atividade especializada com procedimentos e objetivos particulares, sendo este um dos focos de discussões e de tentativas de implementação de sistemas durante o decorrer de décadas do século XX.

O ICOM (Conselho Internacional de Museus) substituiu, a partir de 1946, o O.I.M., e na década de 50 forma-se no âmbito daquele Conselho, o Comitê Internacional de Documentação (CIDOC), secretariado pelo Centro de Documentação UNESCO-ICOM, cujos primeiros passos foram moldados por Yvonne Odon,<sup>2</sup> bibliotecária e colaboradora de George Henri Rivière.<sup>3</sup> Na década de 60, o CIDOC tratou de questões relativas a padrões para os registros de museus como também da compatibilidade entre eles, mas não sem problemas, uma vez que a imensa diversidade de tipos de objetos é traço característico tanto das coleções como das instituições que as abrigam. A partir de 1967, ainda este organismo defrontou-se com discussões embrionárias sobre o uso de técnicas informatizadas. Contudo, o maior empenho dirige-se para a configuração básica dos chamados 'sistemas de documentação', que serão difundidos nos anos 80, quando florescem propostas de sistemas dessa natureza. No decorrer dos anos 70, ainda no âmbito desse organismo, grupos de trabalho concluem a favor de procedimentos informatizados como auxiliar para o armazenamento, organização e comunicação de informações, mas eram muitas as dificuldades, entre elas os problemas para identificar, definir e estabelecer um conjunto mínimo de dados<sup>4</sup>

descrevendo objetos de museu (Olcina 1986: 311ss.). Nesses anos, o tema "documentação" é incluído em cursos sobre museus, caso daquele ministrado por G. H. Rivière, em Paris.

Aos poucos, a documentação assume um estatuto significativo no interior dos museus, quer como suporte para as atividades administrativas, quer como elemento de apoio para a pesquisa científica neles desenvolvidas. Torna-se consenso que as coleções são o seu 'coração' (Pearce 1986), foco principal de suas atividades, e ponto nevrálgico para a documentação, mesmo com as mudanças ocorridas no conceito de "museu" e de "objeto museológico" (Menchs 1989) ao longo das décadas posteriores à Segunda Guerra.<sup>5</sup> Coleções de objetos permanecem como sendo o elemento característico e diferenciador entre museus, bibliotecas e arquivos.

À medida que aumentam as tarefas ao redor das coleções, a documentação, durante a década de 80, será considerada como um conjunto complexo de ações direcionadas sobre aqueles conjuntos, e como sugere Klaus Schreiner (1985: 59-60), deveriam estar diretamente envolvidas com a pesquisa acadêmica, tendo o objetivo de tornar eficiente o trabalho de pesquisadores.

Essa visão não é homogênea no panorama geral dos museus. Observam-se ao menos duas tendências no trato da documentação. Uma mais "reflexiva" debruça-se sobre a importância do objeto como documento e suporte de informações significativas para as pesquisas científicas. Essa perspectiva poderia ser considerada como uma linha especialmente francesa, desenvolvida princi-

(2) Odon, entre outras atividades na área de documentação de museus, compilou um esquema de classificação para assuntos relativos a museus para ser usado por bibliotecas e Centros de Documentação, ministrou cursos de treinamento, um dos quais resultou no *Elements de documentation muséographique*, datado de 1968, e, ainda hoje, considerado como um trabalho de referência na área (Olcina 1986).

(3) George Henri Rivière foi diretor do ICOM por anos consecutivos. Desempenhou um papel marcante na área de museus e é tido como introdutor de novas idéias para essa área. (*La Muséologie Selon G.H.R.*, 1989).

(4) O problema dos dados mínimos ainda não se encontra totalmente resolvido. Toni Petersen, em 1995, então presidente do *Data and Terminology*

*Working Group* (formado em 1992), tinha como projeto no ano anterior estabelecer um guia para a padronização desses dados mínimos, temporariamente denominados de "Minimum Information Categories for Museum Objects" (MICMO), tendo por base a identificação, localização e contabilidade de seus objetos e espécimes (CIDOC - COMITÉ INTERNATIONAL POUR LA DOCUMENTATION, ICOM, 1995: 34-36).

(5) Passa-se a admitir um conceito de museu não mais restrito a quatro paredes e suas coleções. Fala-se na musealização de territórios e participação de comunidades, contexto no qual a idéia de *objeto museológico* passa a englobar qualquer expressão cultural.

palmente sob a égide das propostas de Rivière e por ele disseminada para outros países através do ICOM, já que foi seu presidente por muitos anos. No bojo dessas propostas, nasce a concepção de que museus podem ser considerados como ‘Centros de Documentação’ em potencial, tendo na própria documentação o alicerce para criar o “museu-laboratório”, uma associação entre o “museu cultural” (*musée culturel*) e o “museu-científico” (*musée scientifique*) (*La Muséologie Selon G.H.R.*, 1989: 175 e 179). Uma outra tendência da documentação em museus pode ser chamada de “tecnicista”, pois visa em primeiro lugar o acesso rápido aos objetos e seus respectivos registros. Aqui busca-se preferencialmente o controle das coleções por meio da conexão entre registros, fichas e fichários, com referências cruzadas para que possam ser recuperados. O escrivão (*registrar*), é a figura profissional responsável pela criação, manutenção e cuidado permanente com os registros, e os curadores pela pesquisa do objeto e sua catalogação (Dudley *et alii* 1976). Esta tendência desenvolve-se com força em território norte-americano. O foco diferenciador entre uma e outra instala-se na abordagem do objeto de museu e nas funções da documentação uma privilegiando a necessidade de compreendê-lo, desvendando e registrando em detalhes, e a outra enfatizando os aspectos administrativos onde o documentar coleções vincula-se fortemente à idéia de eficiência no seu gerenciamento.

Tal como em outras áreas, os museus também não escaparam da idéia de que a informática poderia resolver tudo, ou quase tudo, do acesso aos objetos à elaboração de catálogos, atribuindo-se as possíveis ou futuras possibilidades de informatização a organização e recuperação das informações sobre as coleções. Envolvida na aura da informatização, no decorrer dos anos 80, a ‘informação’ passou a ser considerada como fator de evidência (Lewis 1986:V). Na visão de alguns autores, os museus deixariam de ser um *show-room*, na medida em que poderiam prover seus públicos com outros subsídios informativos (Elisseff 1970/1:5).

De fato, comenta-se sobre as possibilidades de informatização no universo dos museus desde o final da década de 60, idéia que se

manteve nas décadas seguintes vista como meta ideal a ser alcançada. Para isso não faltaram precursores, instituições ou projetos, nos quais a alavanca temática era informatizar as informações sobre as coleções. Visava-se, principalmente, agilizar o cruzamento, busca e recuperação de dados, como também elencá-los para formar os tão desejados catálogos de museus (Chenhall 1975). No entanto, para que isso pudesse ocorrer usando-se com plenitude os computadores,urgia, em primeiro lugar, compreender o que Lenore Sarasan chamou de “teoria da documentação” e os “sistemas de documentação”, elementos a serem obrigatoriamente definidos *antes* da implantação de qualquer sistema informatizado (Sarasan 1981:45), ou mesmo manual. No final da década de 80, e no início dos anos 90, a ênfase recai sobre a importância do controle de vocabulários e de terminologias descritivas especializadas.<sup>6</sup> No entanto, essa importância vincula-se mais à necessidade de operacionalizar a informatização das coleções e menos à preocupação de tornar acessíveis para um amplo público as informações sobre as coleções. Leonard Will, em 1993, considera que a documentação em museus ainda está na sua infância, pois estas instituições não se vêem como prestadores de serviços de informação (Light, Roberts, Stewart 1986).

(6) Em 1987, forma-se o Grupo de Trabalho para o Controle Terminológico (*Terminology Control Working Group*), ligado ao CIDOC. Segundo este órgão, há 43 *thesauri* para museus, elaborados para auxiliar a descrição de objetos, nas áreas de: agricultura, armas, arqueologia, arquitetura, artes decorativas, cerâmica, construções, cultura material de forma geral, cutelaria, engenharia, esculturas, ferramentas e transportes, filmes e fotografias, indumentária, instrumentos marítimos, instrumentos musicais, jóias, livros, manuscritos, material etnográfico, mobiliário, moedas, objetos cerimoniais, objetos de metal, objetos eclesiásticos, objetos históricos, objetos relacionados à ciência e tecnologia, pinturas, relógios, tapeçaria, têxteis, trabalhos em papel e outros tipos de impressos, e termos para designar a amarração e costura em livros raros. Em língua portuguesa contamos com o *Tesouro para acervos museológicos*, publicado em 1987 por Helena D. Ferrez e Maria Helena S. Bianchini (*Directory of thesauri for object names*, CIDOC, 1994). A década de 80 concentrou, até agora, o maior número dessas publicações.

Pode-se dizer que na esteira das tecnologias de informatização abriram-se possibilidades mais amplas de padronização e integração de vocabulários na área de museus, com o objetivo de descrever objetos. Não se pode esquecer que essa possibilidade, no entanto, se fazia presente com restrições, por causa da disponibilidade de equipamentos existentes, da dependência de grupos de trabalho, em alguns museus de grande porte, e em alguns países em particular.

### Sistemas de documentação em museus (SDMs) e o controle das coleções

Vê-se que a documentação em museus trilhou etapas sucessivas de complexidade no percurso de sua formação, o mesmo ocorrendo com a implantação dos 'sistemas' propriamente ditos. Nos idos anos 60, não é a idéia de sistema que está presente, mas sim a necessidade de singularizar a documentação como algo próprio dessa instituição. Yvonne Odon a chamará de 'documentação museográfica' e, transportando técnicas biblioteconômicas para a documentação de museus, sugere etapas de processamento técnico, propõe modelos de fichas e procura caracterizar os 'instrumentos documentários' que descrevem e classificam os objetos. Do processamento técnico resulta, como conseqüência, o recenseamento dos bens da instituição, ao mesmo tempo em que se obtém um alicerce para a documentação científica. Para o estudo das coleções, ela sugeria outros instrumentos de "classificação e análise", compreendidos como 'fundos',<sup>8</sup> acompanhados de fichas alfabéticas, sistemáticas e dossiês, permitindo que o utilizador acesse o maior número de registros e documentos sobre os objetos, e, assim, compreenda as suas múltiplas referências. Para Odon e Rivière, os instrumentos de recuperação, como os catálogos, são o meio de obter o que

denominaram de "informação racional" (ver *La Muséologie Selon G.H.R.*, 1989), sem entretanto defini-la. Odon entende a documentação museográfica compartimentalizada em "serviços" similar ao das Bibliotecas: os serviços de registros, os de inventário, os de catálogo, a fototeca, a filмотeca, a fonoteca e a biblioteca (Odon 1968:1).

Com base nos manuais da área, entende-se que a palavra 'documentação' abarca uma idéia abrangente do "ato de documentar", atribuindo-lhe a função de abordar as coleções de museus. Num sentido mais restrito, a documentação de museus parece se aproximar da elaboração de registros escritos, considerados fundamentais para a manutenção do controle das coleções tal como recomendava Chenhall (1975:7), o que nos leva, nessa direção, a conhecer a quantidade e localização das peças sob guarda da instituição. Carl Guthe, por sua vez, ressaltava a importância da conexão entre o "objeto e seu registro", referindo-se à necessidade de criação de uma identidade para os objetos a partir de 'símbolos de identificação', que seriam, neste caso, números (Guthe *apud* Chenhall 1975: 7).

Já o termo 'sistema', presente na denominação 'sistema de documentação em museus' (SDMs) implica idéias diferentes,<sup>9</sup> tais como: método, esquema, estruturação de trabalho em etapas, passos a serem seguidos, encadeamento de registros, como se observa na proposta de sistema sugerida por Porta *et alii* (1982: 12,13 e 19); ou suscita um processo rígido, limitado, dirigido ao exterior ou por ele imposto, sem espaço para o espírito criativo, segundo comentário de Cameron (1970). Em menor grau, o termo sublinha a importância da informação para a tomada de decisões.<sup>10</sup>

O processamento técnico da documentação de museus divide-se em etapas sucessivas e por vezes concomitantes, na dependência do tamanho da instituição e da equipe que ela possui. A partir da entrada do objeto no

(7) Em francês *documentation museographique*, em inglês *museum documentation*.

(8) O termo "fundo" encontra-se associado mais à área de Arquivos, correspondendo à "Unidade constituída de documentos acumulados por uma entidade (...)". Relaciona-se com acumulação e coleção (Camargo *et alii* 1996: 40)

(9) Os autores ou trabalhos citados aqui servem-nos como exemplos, há outros que poderiam ser nomeados.

(10) Um exemplo encontra-se na proposta do *Sistema Nacional de Documentación Museológica*, Argentina, s/d.

museu, serão desenvolvidas séries de tarefas correspondendo ao momento de ingresso (“dar entrada”), acompanhadas de diferentes registros (Inventário, Livro de Entradas, Tombamento e fichamentos), ou outros documentos (correspondências etc.). Uma vez que a instituição conte com pessoal, equipamentos e laboratórios, os objetos passarão por especialistas diferentes gerando novos registros, como é o caso das anotações sobre tratamentos e intervenções realizadas pela conservação e restauro. Considera-se que, para instituições de grande porte, deva existir um departamento ou seção centralizadora dos fichários, arquivos e catálogos. Alerta Fernanda Camargo-Moro, que não importam o tamanho ou as condições de um museu (se público, privado etc.), mas sim o uso de uma documentação estruturada considerada “essencial para todos os museus” (Camargo-Moro 1986:41).

De modo genérico, cada movimentação executada sobre o objeto (entrada/saída/baixa), estará envolvida e amparada por uma ou várias notações escritas e registradas em fichas, formulários ou modelos previamente elaborados. Neles, diversos ‘campos’ devem ser preenchidos, correspondendo em linhas gerais aos chamados ‘dados’<sup>11</sup> sobre o objeto, ou dados básicos de identificação: nome do objeto, histórico, proveniência, descrição, estado de conservação, dimensões, e assim por diante, como também sobre a situação de movimentação que acionou o processo (modo de entrada). O tipo de dado requerido depende das necessidades institucionais, como também está condicionado à natureza do objeto (se de

arte, de história, de arqueologia, de anatomia etc.). Mas há uma variedade de dados a serem coletados vindos de fontes diversas: os de entrada que idealmente acompanham o objeto no momento de sua introdução na instituição, os descritivos e os que devem ser investigados. Como há a tendência de associar o objeto a áreas disciplinares, essa coleta tende a ser constantemente acrescida, ainda que, como atesta Marta Heloísa L. Salum (1988: 43-60), esta seja uma atividade sujeita a implicações que podem distorcer as informações. Alguns autores, como Camargo-Moro, chamam a essa irradiação de informações ao redor do objeto de “informação associada”, aquelas que “(...) recebem, aumentam e difundem, dando ao objeto uma visão interdisciplinar, proporcionando-lhe um universo maior” (Camargo-Moro 1986:42).

Desta feita, a captação de dados concentra-se *no, sobre e ao redor* do objeto (de aquisição, detalhes descritivos, históricos, e assim por diante), nesse sentido, documentação e pesquisa caminham de forma muito próxima nos museus, o que não significa que uma substitua a outra. Mas é possível distinguir a articulação da documentação e dos SDMs ao redor de três eixos: o *administrativo* (para gerenciamento das coleções), o *curatorial* (da pesquisa) e o *documental* (identificativo dos objetos/ coleções), sendo que cada um deles responde às necessidades informativas diferenciadas.<sup>12</sup>

Por sua vez, o objeto será submetido a medições, marcações com números provisórios ou permanentes, cuidados de conservação, fotos da peça etc. A garantia do acesso físico ao objeto, uma prioridade, fica assegurada com a atribuição de números aplicados concomitantemente ao suporte e aos múltiplos registros (inventários, fichas, dossiês etc.), formando não só um elo entre um registro e outro, mas também entre registros e objetos. A busca se faz segundo um arranjo facilitador: nome de autor, nome do objeto, períodos cronológicos,

(11) ‘Dado’ pode ser visto como atributo, no sentido de “qualidade ou característica que pertence ao objeto ou é própria dele. (Exemplo: nome do objeto, autor, técnica...)”(Porta *et alii*; 1982: 19). Para Jean Claude Gardin é um “fato(s) da informação” (Gardin 1986: 11). Segundo Eliyahu M. Goldratt, o que é dado para uma pessoa pode ser informação para outra, não é portanto a entrada para um processo de decisão mas seu resultado (Goldratt 1996: 6 e 117). No estado dicionarial, ‘informação’ significa: “ação ou efeito de informar”, “instrução”, “indagação”, “investigação” e “notícia”. Cintra, Tálamo, Lara e Kobashi, consideram *informação* um *fluxo de mensagens* ela mesma “(...) um conhecimento potencialmente transmissível” (Cintra *et alii* 1994: 14).

(12) As necessidades de informação institucionais sobre um determinado objeto numa coleção de objetos não são as mesmas, escreve Chenhall, do que aquelas que um curador necessita (Chenhall 1975: 15).

ou por qualquer outra entrada determinada por prioridades institucionais.

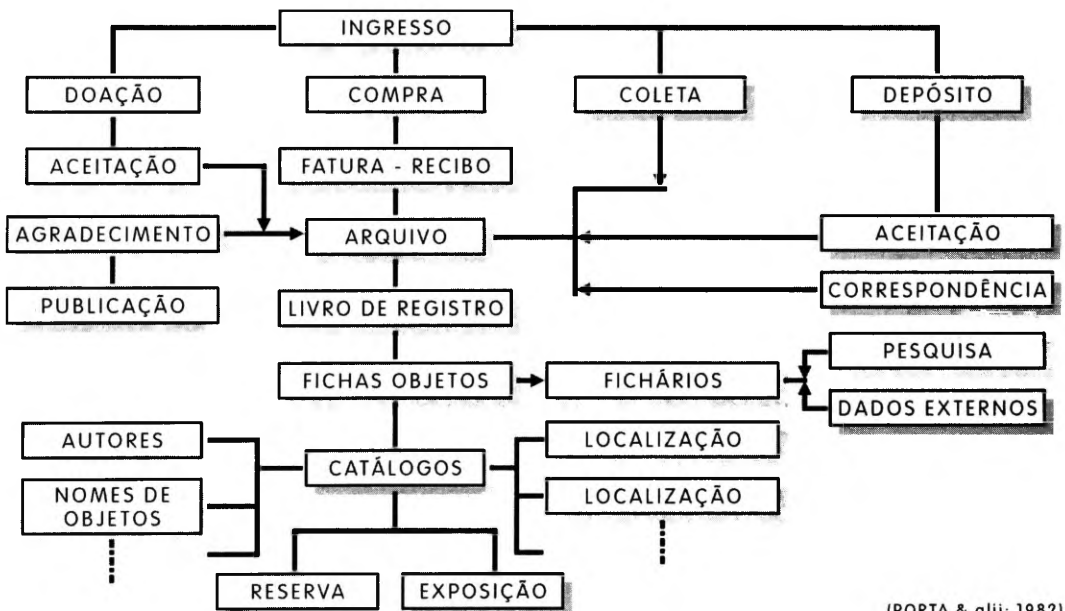
Podemos dizer que do ponto de vista da documentação de museus, que executa ou acompanha toda essa movimentação dos objetos, abrem-se dois caminhos paralelos: de um lado há as ações direcionadas ao *suporte* e, de outro, ao *conteúdo*, pois essa documentação se responsabiliza pela elaboração, manutenção e recuperação dos registros, o que equivale, em última instância, a promover o acesso às informações.

Quanto às funções do SDM, percebe-se que a ele compete de certa forma modelar a organização da própria documentação, ou seja, o 'sistema' forma a estrutura arquitetônica através da qual perpassam as diferentes etapas de acompanhamento do suporte (objeto), e não da informação propriamente dita, até que aquele possa ser armazenado em reservas técnicas, ou apresentado em exposições. Assim, o 'sistema' funciona como uma

espécie de guia das tarefas seqüenciais a serem executadas, e no seu bojo instalam-se os registros escritos.

Tudo o que foi dito nos leva a concluir que essa documentação funde-se ou mesmo confunde-se com registros, e esses com os SDMs. Nos anos 70 e 80, a documentação estará caminhando par e passo com a noção de enfoque sistêmico.<sup>13</sup> Autores como Robert Chenhall (1975), esforçaram-se para diferenciar não só uma etapa de procedimento da outra, mas especificar a função de registros e fichas, mostrando que cada um deles tem um objetivo determinado e não podem ser confundidos, mesmo que compartilhem de atividades correlatas. Recomendava-se igualmente que os sistemas fossem elaborados e implantados para serem ativados manualmente, como um momento necessário e prévio para sua posterior informatização.

Para recuperar os registros, sugeria-se a princípio o uso de palavras-chave, com base



(PORTA & alii; 1982)

(13) O enfoque sistêmico implica em noções de complexidade e ambiente (Maximiano 1997).

na seleção de nomes ou classes de objetos, acompanhadas de números, e textos livres para descrições sintéticas (Chenhall 1975, Light *et alii* 1986). O controle de vocabulário e a normatização de terminologias ficaram dependentes da necessidade de informatizar, com o propósito de recuperar as informações e facilitar seu intercâmbio.

Embora raramente na década de 80 use-se a expressão “sistemas de informação”, o fato significativo é que os sistemas de documentação de museus passam a ser imprescindíveis para essas instituições garantindo o controle e o acesso às coleções. Observa-se, entretanto, que na estruturação dos sistemas, tal como se apresentam, não há distinção entre o tratamento dos dados para acompanhamento do objeto (suporte) e o tratamento e organização das informações propriamente dito, ainda que ambos não prescindam da linguagem no sentido amplo. As etapas dos SDMs ficaram muito vinculadas ao trajeto que o objeto percorre no interior da instituição museu, tomando-se como idêntico o acompanhamento do percurso do objeto e a *informação sobre o objeto*, dando a ambos um tratamento global. No entanto, a ação documentária (ciclo e tratamento documentários) baseia-se, em primeiro lugar, na distinção entre *agente* (suporte/objeto), e consecutivamente nas *metodologias* envolvidas nesses processamentos, sendo que para cada uma delas há uma linguagem controlada a ser usada. Disto decorre que não há previsão nos SDMs de etapas específicas, com metodologias também particulares para o tratamento da informação, sendo este tratamento uma consequência posterior. De fato, não priorizava-se uma Política de Informação para esses sistemas.

Conclui-se, portanto, que os SDMs operam na direção do controle das coleções, atuando preferencialmente sobre o eixo administrativo/gerencial. Tais sistemas não podem ser caracterizados como *sistemas de informações documentárias* (SIDMs). Apesar disso, deduz-se que exista alguma operação para o tratamento da informação, ainda que de modo implícito. Tal fato pode ser inferido da afirmação de Chenhall quando comenta a importância dos índices remissivos: “(...) qualquer documentação de objetos numa

coleção deve ter índices cruzados de tantas formas quantas sejam possíveis ou as informações contidas nos registros não poderão ser usadas” (Chenhall 1975:9). Portanto, a recuperação das informações nos SDMs dependia desses índices remissivos, embora fossem vistos como lugar de fixação de dados transpostos de um registro para outro. Se tais referências aos índices correspondem ao controle de vocabulário, sabe-se que esta operação é algo que o sistema não pode realizar por si sem o aporte da Análise Documentária (AD). É função da AD tratar da análise, síntese e representação da informação, para que seja recuperada e disseminada, caracteriza-se como uma atividade metodológica específica no interior da Documentação (Cintra *et alii* 1994:24). Por outro lado, o simples uso de recursos informatizados não poderia executar por si tais remissivas. Naturalmente, tal perspectiva de ‘sistema’ influi sobre os procedimentos de produção, organização, manutenção e recuperação da informação em museus.

### **Ausência de princípios documentários em museus: exemplos**

Há no âmbito da documentação de museus ações que são por natureza *documentárias*, e, caso não estejam conceituadas, corre-se o risco de emprestar palavras da Documentação, sem, no entanto, conhecer o seu conteúdo conceitual.

Isto pode ser observado no contexto dos manuais de documentação de museus, nos significados atribuídos à ‘catalogação’, e ao ‘catalogar’. ‘Catalogação’, refere-se à pesquisa do objeto (ou coleções) e parece ser consenso que se trate de função de especialistas (ou curadores) (Dudley *et alii*: 1979). Quanto ao ‘catalogar’ percebem-se divergências: Chenhall (1975: 9) remete à associação entre registros e um objeto, e entre este e objetos similares, com base num sistema de classificação; para Dudley *et alii* (1979: 31), é uma função da classificação e os fichários devem ser mantidos por ‘registradores’ tendo por base informações fornecidas pelos curadores; para Scheiner (1985: 57), trata-se de uma questão

acadêmica e temática, vinculada à estruturação das áreas disciplinares às quais as coleções são afeitas. Pode também ser vista como coleta e registro de dados (nome, localização, autor, procedência, cronologia etc.) sobre determinado objeto, abordagem semelhante à catalogação em Documentação, enquanto *descrição física* de um documento (descrição das características do livro indicadoras do autor, título, editora, ano de publicação, cidade da publicação e número de páginas).

Ao 'catálogo' se atribuem diferentes conotações: fichários onde ficam as fichas, idealmente com certo grau de padronização da linguagem (Dudley *et alii* 1979: 31-2); livro de registros (Porta *et alii* 1982: 66); fichário simples (análogo às fichas de cabeçalhos em bibliotecas) (Chenhall 1975: 9); a documentação de toda a coleção (fichas e outros documentos) arranjada em alguma seqüência que não a numérica; listas simples ou múltiplas das quais constem o registro de cada objeto. Segundo Chenhall, ele "(...) *pode* ser qualquer um desses, e usualmente tem alguns elementos de todos eles" (grifo do autor) (Chenhall 1975: 9).

Do ponto de vista da Documentação, 'catalogação' corresponde a uma ação cujo resultado é um sistema de referências do documento/objeto e não do seu conteúdo. Para o tratamento do conteúdo, é necessário, segundo Cintra *et alii* (1994: 19) "(...) uma estrutura operatória de conjunto, formada por um encaixe hierárquico de classes e elementos disjuntos. (Isto é) não é mera justaposição de classes elementares (...)". 'Catalogar' relaciona-se, portanto, a um produto descritivo. 'Classificação' e 'catálogo' não prescindem de ação temática. Do conjunto dessas ações, participantes do chamado *ciclo documentário*, resultam *produções e produtos* com o objetivo de emitir *mensagens codificadas*. Trata-se de 'sistemas de significação' desenvolvidos pela Análise Documentária (AD), que se vale de metodologias para efetuar a transformação de um sistema de significação primeiro em outro, gerando os chamados produtos documentários, que em relação àquele é secundário. Para a elaboração de tais produtos recorre-se a estruturas classificatórias e indexações, apoios necessários para a recuperação e disseminação das informações, pois para a AD, o texto em si não é informação. Esta é uma construção metódica resultante do

trabalho efetuado sobre o *conteúdo* de documentos.

Nesse *ciclo documentário* há princípios operatórios de natureza lingüística, também aplicáveis à documentação de museus: o tratamento da informação caracteriza-se como um processo de *representação*<sup>14</sup> empreendido através de linguagem construída para esse fim (nesse tratamento nos museus, e de posse de linguagens, realizam-se inúmeras passagens a começar do objeto para a escrita, desta para o vocabulário controlado, deste para as indexações numa relação objeto/linguagem de especialidade,<sup>15</sup> e para os esquemas classificatórios, inerentes ao processo de indexação numa relação objeto/área de conhecimento). Este procedimento supõe a construção de linguagens artificiais que contemplam outra intervenção de natureza lingüística, já que a função da *representação* exercida no tratamento da informação se faz por estas linguagens denominadas de *linguagens documentárias* (LDs), "*sistemas de significação próprios da Documentação*" (grifo nosso) (Lara 1993: 29). Diz-se 'linguagens' pois possuem simultaneamente "estrutura e representação" (Tálamo 1997: 11).

Conseqüentemente, 'dados', sucessão de palavras ou nomes tirados de uma ficha não são capazes de realizar a recuperação de informações, já que não representam ou representam qualquer coisa, mesmo que selecionados num universo de interesse institucional. Listas podem até refletir uma aparente credibilidade, mas "(...) é somente a *rede de relações* das unidades de uma linguagem que pode contribuir para o exercício de qualquer representação (...)" (Tálamo 1997: 5).

Os SDMs, para estarem capacitados a realizar a indexação dos objetos e organizar classificações, dependem dos princípios assinalados, pois a produção e recuperação de

(14) Kobashi identifica e nomeia a descrição e a condensação como fatos do campo das representações, simbólicos mas opostos a qualquer ato imaginativo ou fantasioso que a palavra possa sugerir, "pois seu estatuto e função (...) a assimilam à razão, a procedimentos metódicos" (Kobashi 1994: 50)

(15) Linguagens próprias de uma área de conhecimento.



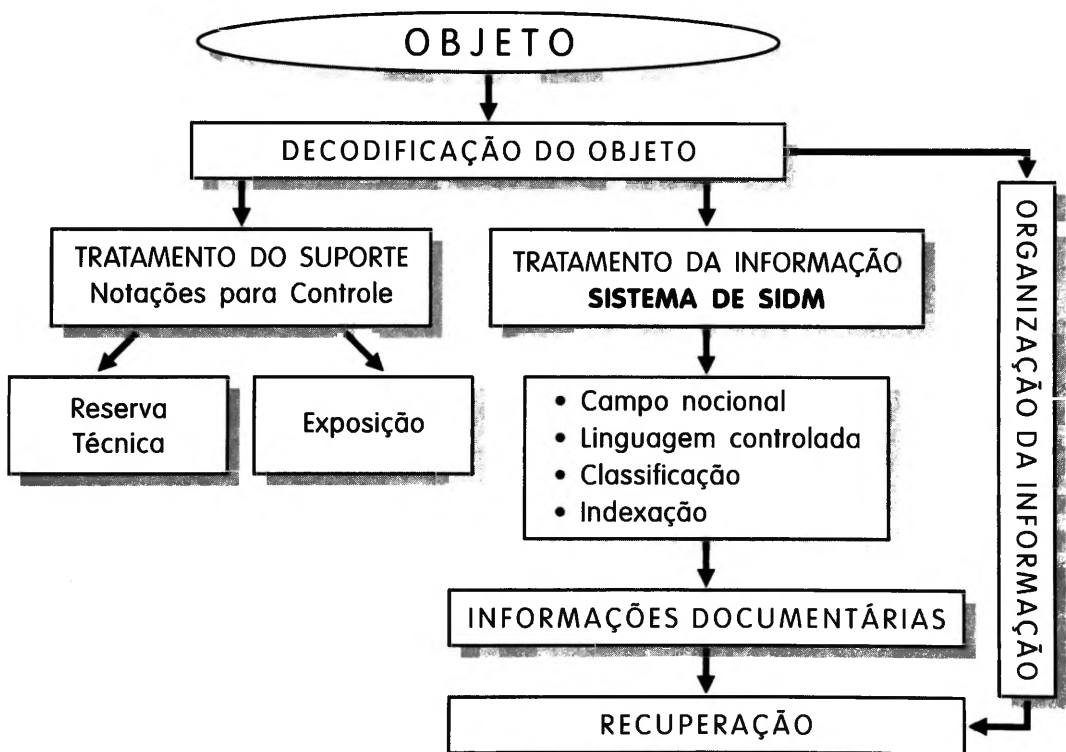
informações possuem características muito peculiares. Linguagens controladas, classificações e índices configuram as *informações documentárias*,<sup>16</sup> construídas num sistema documentário e não em outro tipo de sistema. Nessa perspectiva, definem-se os limites entre a área de abrangência e a especificidade do SDMs (Sistema de Documentação de Museus) na sua abordagem do objeto concreto (o suporte), e as tarefas documentárias diretamente ligadas à organização da informação (os conteúdos), no interior de um SIDM (Sistema de Informação Documentária de Museu), subordinado a outras metodologias, distante portanto daquelas que de início descrevemos.

Objetos e registros não são autônomos, e a significação que os entrelaça, vinculada ao

sistema de documentação de museus, submete-se à linguagem construída para que se alcance os resultados esperados (representação e circulação de informações) – a partir deste ponto chega-se ao SIDMs.

### Proposta para um sistema informativo documentário em museus (SIDMs)

Observa-se que, embora a palavra ‘documentação’ esteja presente no contexto dos sistemas de documentação de museus, ela não abarca os traços constantes do termo Documentação, justamente porque não estão previstas no interior de seus sistemas a elaboração de LDs (linguagens documentárias)



(16) *Informação documentária* depende de procedimentos metodológicos explícitos, “é uma representação construída a partir de um objeto efetivamente presente, que o substitui para certas finalidades”

(Kobashi 1994: 50). Distingue-se assim, sob a perspectiva da Análise Documentária (AD), das ‘informações brutas’, ‘principais’, ‘significativas’ ou ‘essenciais’.

e sua utilização.<sup>17</sup> Donde a necessidade de se distinguir SDMs e SIDMs. O primeiro responde apenas pelo trajeto do objeto, no interior do sistema; o segundo procedendo por métodos lógico-lingüísticos produz e organiza informação. Contudo, sem escamotear a diferença evidente entre texto e objeto, mas levando-se em conta a possibilidade de aplicar metodologias da AD para outros suportes informativos (ver Smit e Macambyra 1997), consideramos que há um patamar comum entre a documentação de museus e a Documentação, tornando aquela subsidiária direta desta, no que tange a representações contidas nos índices (uma vez que resumo como produto documentário inexistente no caso da documentação de museus). Este patamar comum é estabelecido a partir dos seguintes referenciais:

- a documentação de museus e Documentação procede pela *linguagem*;
- há tratamentos distintos, embora complementares, entre *suporte e conteúdo* e,
- a produção e organização das informações, visando sua recuperação, dependem da estruturação de linguagens artificiais (tal como as LDs) operando no dueto sistema/usuário.

Se é exigida da documentação de museus a captação de complexas variáveis do objeto, este se assemelha à “informação bruta”, ao mesmo tempo em que é suporte, conteúdo e imagem. Por outro lado, não podemos esquecer que os objetos encontram-se indissociavelmente imbricados a áreas específicas do conhecimento dotadas de organização, discurso e terminologia próprias, ou seja, características de um campo nocional específico. Quando se pensa num sistema de informação documentária, a organização do campo nocional funciona como um conjunto de partida (o conhecimento), a partir do qual realizam-se, através das LDs, equivalências e substituição (sínteses parafrásticas), de forma que o conjunto de chegada seja a informação

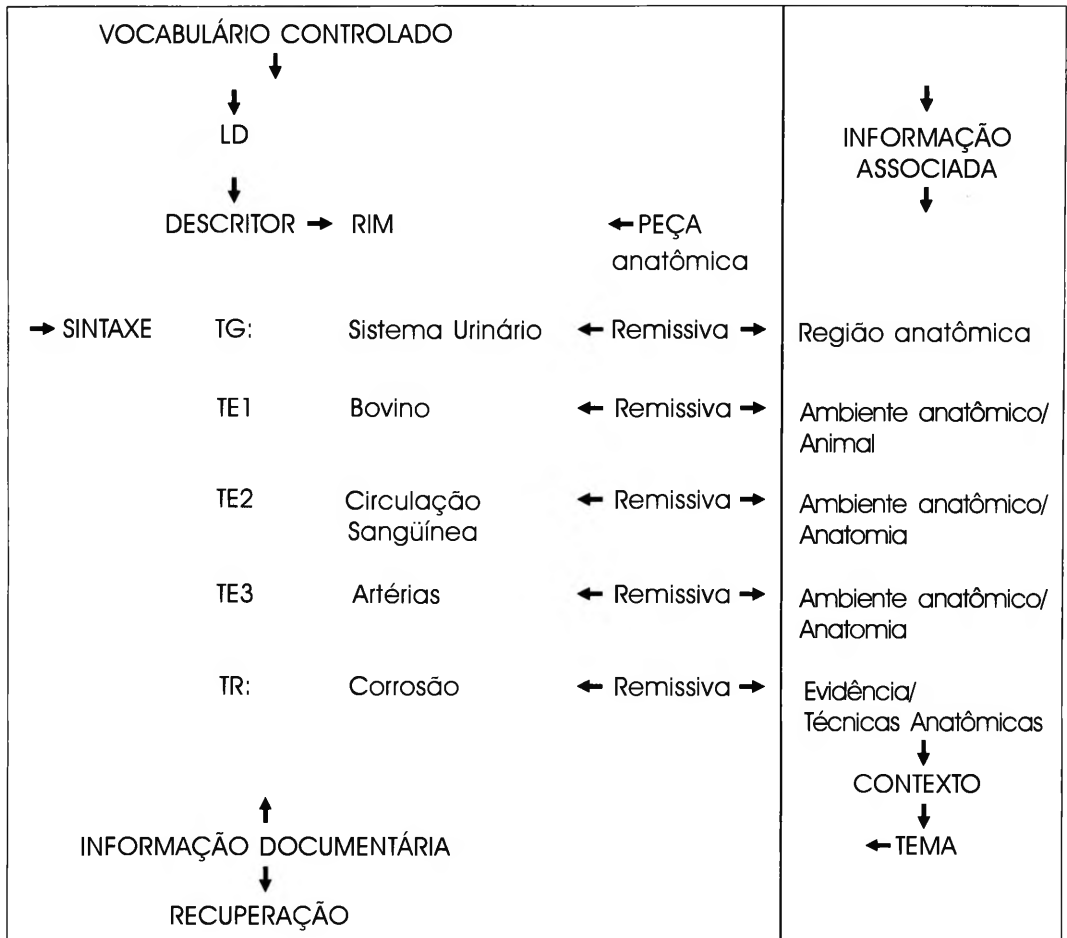
documentária. Equivalências e substituições constroem-se com regras explícitas, num sistema de relações remetendo a estruturas de significação definidas e previstas, diversa da virtualidade que caracteriza as LNs (linguagens naturais). Nesse contexto, “palavras” não são operatórias, mas sim termos<sup>18</sup> com noções definidas.

Para atuar entre a representação e a significação, as LDs são fundamentadas em organizações lógico-hierárquicas de classes, que são *um* e não o único ponto de vista. Uma vez organizado o campo nocional (área de conhecimento), chega-se por meio da ordem e subordinação ao estabelecimento de diferentes relações hierárquicas e não-hierárquicas. Constrói-se o vocabulário controlado, tendo por base uma sintaxe também controlada pelas diferentes modalidades de relações entre suas unidades constitutivas.

O início de uma proposta para a formulação de uma LD para museus deve integrar diferentes variáveis consideradas necessárias para a captação das características do objeto em questão: a denominação do objeto (dados *do* objeto), a descrição (dados *sobre* o objeto), e aqueles que remetem à chamada informação associada (dados *ao redor* do objeto) que contextualizam a peça e remetem-na a temas que a ela podem estar associados. Considera-se a sintaxe expressa pelas relações hierárquicas: o termo genérico (TG) vinculado à denominação do objeto; termos específicos (TE) remissivos de situações contextuais *sobre* a peça, e o termo relacionado (TR) como remissivo de sinais de evidência identificadora.<sup>19</sup> O conjunto sintático/semântico para operar a LD conjuga, assim, variáveis selecionadas tidas como significativas para enunciar os diferentes aspectos do objeto de museu, como exemplificado no quadro abaixo. Nessa perspectiva, entendemos que o SIDMs (Sistema Informativo Documentário de Museus) encontra-se inserido no ambiente do sistema de documentação de museu, dele se distinguindo, mas, também, dele necessariamente participante.

(17) Lembrando que se encontram na área de museus recomendações para o controle de vocabulário como meio de obter consistência e coerência (glossários – Camargo-Moro: 1989; vocabulários controlados – Dudley *et alii*: 1979; terminologias – Ligth *et alii* 1986), reforça-se a idéia de que tal operação é fundamental, no entanto, não há nesses manuais métodos explicitados para realizá-los.

(18) Termo tem como definição: “uma designação por meio de uma unidade lingüística de uma noção definida numa língua de especialidade” (ISO: 1087, 5).  
(19) Este ensaio fundou-se na organização do acervo de peças anatômicas sob guarda do Museu de Anatomia Veterinária da FMVZ/USP, para o qual a técnica anatômica aplicada modifica e cria a evidência nela observável.



CERAVOLO, S.M.; TÁLAMO, M.F.G.M. Treatment and organization of documentary informations in museums. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 10: 241-253, 2000.

**ABSTRACT:** The conception of documentation in museums, as articulated in the body of work representative of this particular area, is inadequate for the retrieval and diffusion of documentary information. It is necessary that the process of documentation in museums, insofar as it focuses upon the treatment of the object of documentation, also consider the treatment of the information to be handled, with Language as the instrument of its conversion. It is in the methodology of the Science of Information that elements adequate to the process of documentary representations in museums can be drawn, the result being a distinction in the system of documentation of museums what is specifically documentary information.

**UNITERMS:** Information systems – Documentation – Museums.

### Referências bibliográficas

- AUBERT, M.  
1948 L'Ecole du Louvre. *Museum*, Paris, 1, July: 37-38.
- CAMARGO, A.M.A.; BELLOTTO, H.L.  
1996 *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, Núcleo Regional de São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura. 142 p.
- CAMARGO-MORO, F.  
1986 *Museus: aquisição/documentação*. Rio de Janeiro: Eça. 309 p.
- CAMERON, D.F.  
1970 Musées, systèmes et ordinateurs. *Museum*, Paris, UNESCO, 23 (1): 11-14.
- CHENHALL, R.G.  
1975 *Museum cataloging in the computer age*. Nashville: American Association For State and Local History. 261 p.
- CIDOC – COMITÉ INTERNATIONAL POUR LA DOCUMENTATION.  
1995 ICOM, 6, June/July: 34-36.
- CINTRA, A.M.M.; TÁLAMO, M.F.G.M.; LARA, M.L.G.; KOBASHI, N.Y.  
1994 *Para entender as linguagens documentárias*. São Paulo: Polis. 72 p.
- DUDLEY, D.; WILKINSON, I.B.  
1979 *Museum registration methods*. Washington, D.C.: American Association of Museums. 437 p.
- ELISSEEFF, V.  
1970/ [1971] Musées et ordinateurs. *Museum*, 23 (1): 3-4.
- GARDIN, J.C.I.  
1985 *Informática e arqueologia*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda. 91 p.
- GOLDRATT, E.M.  
1996 *A síndrome do palheiro*. Garimpando Informação num Oceano de Dados. São Paulo: Educator. 304 p.
- GOMES, H.E. (Coord.)  
1990 *Manual para elaboração de tesouros monolíngues*. Brasília: PNBIES. 78 p.
- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION  
1990 ISO 1087. 17 p.
- KOBASHI, N.Y.  
1994 *A elaboração de informações documentárias: em busca de uma metodologia*. São Paulo. Tese de Doutorado. Departamento de Biblioteconomia e Documentação, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. 195 p.
- LA MUSÉOLOGIE SELON GEORGE HENRI RIVIÉRE.  
1989 Paris: Dunod. 402 p.
- LARA, M.L.G.  
1993 *A representação documentária: em jogo a significação*. São Paulo. Dissertação de Mestrado. Departamento de Biblioteconomia e Documentação, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. 133 p.
- LEWIS, G.D.  
1986 Foreword. R.B. Light; A. Roberts; J.D. Stewart (Orgs.) *Museum documentation systems: developments and applications*. London, Butterworths: V-VI.
- LIGHT, R.B.; ROBERTS, A.; STEWART, J.D.  
1986 *Museum documentation systems: developments and applications*. London: Butterworths. 332 p.
- MAXIMINIANO, A.C.A.  
1997 *Teoria geral da administração*. Da escola científica à competitividade em economia globalizada. São Paulo: Atlas. 366 p.
- MEY, E.S.A.  
1995 *Introdução à catalogação*. Brasília: Briquet Lemos/Livros. 123 p.
- MENSCH, P.  
1989 *Museus em movimento*. Cadernos Museológicos. Rio de Janeiro: SPHAN, proMemória, Ministério da Cultura: 49-54.
- ODDON, Y.  
1968 *Elements de documentation muséographique*. Nigéria: Centre de Formation de Techniciens de Musées. 68 p.
- OLCINA, P.  
1970/ [1971] Le Centre UNESCO-ICOM: la documentation au service du muséologue. *Museum*, 23 (1): 59-60.  
1986 The development and coordination of museum documentation by international agencies. R. Light (Org.) *Museum documentation systems: developments and applications*. London, Butterworths: 307-314.
- PEARCE, S.  
1986 Thinking About Things. *Museum Journal*, 85 (4), Mar.: 198-201.
- PORTA, E.; MONTERRAT, R.M.; MORRAL, E.  
1982 *Sistema de documentación para museus*. Barcelona: Departament de Cultura de La Generalitat de Catalunya. 84 p.
- SALUM, M.H.L.  
1988 Termos classificatórios de arte africana nas coleções: um problema para os acervos museográficos no Brasil. *Dédalo*, São Paulo, 26: 43-60.
- SARASAN, L.  
1981 Why Museum Computer Projects Fail. *Museum News*, 59 (4): 40-49.
- SMIT, J.; MACAMBYRA, M.M.  
1997 *Tratamento de multimídia*. São Paulo, APB: p.13. (Ensaio APB, n.40).

SISTEMA NACIONAL DE DOCUMENTACION  
MUSEOLOGICA

s.d. *Proyecto*. Argentina: Secretaría de Cultura de la Nación/Dirección Nacional de Museos. 43 p.

SCHREINER, K.

1985 *Fundamentals of museology*. Waren: República Democrática Alemã. 95 p.

TÁLAMO, M.F.G.M.

1997 *Linguagem documentária*. São Paulo, APB: p.12. (Ensaio APB, n.45).

WILL, L.

1993 The indexing of museums objects. *The indexer*, 18 (3), Apr.: 157-160.

*Recebido para publicação em 20 de dezembro de 2000.*